



ECOSOLPOPRUA

**Formação em Economia Solidária
com Pessoas em Situação de Rua**





ECOSOLPOP RUA

**Formação em Economia Solidária
com Pessoas em Situação de Rua**



O CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional

Conselho Diretivo:

João Maurício Farias
Roseli Dias
Márcia Falcão
Carlos Wincler
Secretária Executiva
Daniela Tolfo
Coordenadora da Equipe Pedagógica:
Helena Bins Ely
Coordenadora Administrativa Financeira:
Gabriela Salvarrey

Produção e Elaboração:

Daniela Tolfo
Gilciane Neves
João Werllang
Letícia Balester
Lisiane Dorneles

Equipe Executiva do Projeto Ecosol POP Rua: Letícia Balester e Gilciane Neves
Arquivo Fotográfico: Acervo Projeto Ecosol POP Rua e Acervo CAMP
Co-Produção: Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação - Alice

Projeto: Economia Solidária e População em Situação de Rua:
Estratégias de Valorização do Saber-fazer a Partir da Inclusão
Socioeconômica e da Autonomia da População em Situação de Rua
na RMPA - Convênio 811902/2014

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Emprego

Edição: Rosina Duarte
Projeto gráfico e diagramação: Cristina Pozzobon
Revisão: Lelei Teixeira

CAMP

Praça Parobé, 130 | 9º andar | Porto Alegre-RS | CEP: 90030-170

2017

Esta publicação é financiada com recursos públicos.
Distribuição gratuita. Proibida a venda.
Tiragem de 600. Impresso no Brasil.
O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido para uso não comercial
por organizações da sociedade civil e por instituições públicas desde que haja
autorização das instituições promotoras, parceiras e apoiadoras.

Índice

Apresentação	6
Introdução	8
Povo da Rua	11
Pinguim Tropical	12
Oficinas-espelho	14
Capítulo I - Conquistas e Direitos da População de Rua	18
Articulação da População de Rua	18
O que são Políticas Públicas	20
Como garantir mais e melhores Políticas Públicas	21
Quais as Políticas Públicas já existentes que visam garantir os direitos da População em Situação de Rua?	23
Conhecimento é poder	30
Bons exemplos	31
Escola Municipal de Porto Alegre (EPA)	32
Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE)	34
Capítulo II – Trabalho Capitalista X Trabalho Solidário	36
Trabalho e Trabalhador/a	36
O que é o Sistema Capitalista?	37
Como se dão as relações de trabalho no Sistema Capitalista?	37
O que é Economia Solidária?	38
Quais os princípios da Economia Solidária?	39
Qual a forma de organização da Economia Solidária?	41
Como se dá o conhecimento do trabalho e do saber?	42
Capítulo III – Como construir um coletivo de Economia Solidária	46
Passo a passo	46
O grupo	48
O que produzir?	49
Exemplo prático	50
Gestão do Coletivo	54
Comercialização	55
Comunicação	56
Como se constroi uma mostra?	57
Conclusão	65
Guia de serviços	66
Referências bibliográficas	67

APRESENTAÇÃO

O Camp tem a alegria de disponibilizar, através desta publicação, um conjunto de preciosas informações, conteúdos e dinâmicas sobre o universo do trabalho das pessoas em situação de rua. Sim, trabalho. Há um conjunto de preconceitos acerca de quem vive assim. Um dos piores e mais equivocados, é que estas pessoas estão na rua porque não querem trabalhar. Ledo engano. A maioria se surpreende quando descobre que um grande percentual de indivíduos que vivem nas ruas trabalha. E muito. Uma frase dita por eles, várias vezes, nas atividades de formação, é: “O morador de rua também trabalha!”. A questão é que o valor que pagam pelo seu trabalho não lhes dá condições de sustento, moradia digna, escola e lazer. Outra questão é que nem tudo o que é realizado pelas pessoas que vivem nas ruas é considerado trabalho a ser remunerado. Por exemplo, o extenuante e cotidiano trabalho da coleta e seleção de resíduos.

Por isso, estamos tão felizes em lançar esta Cartilha, que faz parte do **Projeto Economia Solidária com a População em Situação de Rua**, demandado pelo próprio Movimento Nacional da População em Situação de Rua ao Governo Federal, e que a Secretaria Nacional de Economia Solidária deu início em 2013. Hoje o projeto ainda está em andamento em mais seis capitais. O material é valioso porque resulta não do saber acadêmico de uma ou duas pessoas, mas de um rico processo de construção coletiva que valoriza o saber das moradoras e moradores de rua, sistematizado, reconhecido e publicado para ser reapropriado por todas e todos. Realizamos, até o momento de lançamento desta Cartilha, mais de 120 Oficinas com os Coletivos de Cerâmica e

Papel Reciclado – parceria com os Núcleos de Trabalho Educativo da Escola Municipal Porto Alegre (EPA), espaço fundamental de construção e garantia dos direitos da População em Situação de Rua – com o Coletivo de Sabão Ecológico dos Centros de Apoio Psicossocial Travessia e Amanhecer de Canoas e com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR/RS), que constituiu o Fundo Solidário Resistência Pop Rua.

Temos certeza que, como nós, cada um e cada uma de vocês irá aprender muito com as informações aqui organizadas. Para nós, fica mais uma vez a certeza da importância da metodologia e da ética da Educação Popular, única forma efetiva de se construir processos de aprendizados coletivos com pessoas em grave situação de vulnerabilidade social.

Este aprendizado o CAMP vem aperfeiçoando a cada dia, ao criar condições para que as novas gerações de educadoras e educadores populares experimentem novas dinâmicas, metodologias e ferramentas. E mais: Inovem e renovem nosso arsenal de metodologias de participação, reflexão, construção e sistematização coletivas. Finalmente, é importante ressaltar que nosso maior desejo com esta Cartilha de Economia Solidária com a População de Rua não é preparar Pessoas em Situação de Rua para se inserir no mercado, mesmo que através da Economia Solidária. Nosso maior desejo é que o fazer de cada pessoa seja reconhecido como um valor em si, e possa gerar o que é necessário para produzir as condições de reprodução da sua vida como ser humano com direitos.

Boa leitura, bom trabalho e boa luta a todas e todos!

INTRODUÇÃO

A palavra Campo e a sigla CAMP são semelhantes, mas as similaridades não se limitam à grafia. Ambas têm relação com o verbo semear. No campo, semeia-se alimentos, no CAMP semeia-se conhecimentos e transformações. Criado em 1983, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) trabalha na articulação de militantes e pessoas envolvidas com Educação Popular voltada aos movimentos sociais, com o objetivo de fortalecer a conquista e a defesa de direitos. Com esse propósito, desenvolve ações para formação de educadores em Economia Solidária, e defesa de direitos.

O Projeto Economia Solidária e População em Situação de Rua: estratégias de valorização do saber-fazer a partir da inclusão socioeconômica e da autonomia da População em Situação de Rua na Região Metropolitana de Porto Alegre – apelidado carinhosamente ECOSOL POPRUA – começou em novembro de 2014 e conta um pequeno capítulo da história do povo da rua.

Este é um projeto executado pelo CAMP junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Secretaria Nacional de Economia Solidária que visa promover a inclusão socioeconômica, autonomia da População em Situação de Rua a partir dos princípios da Educação Popular. A meta é desenvolver ações de promoção socioeconômica através

da geração e fortalecimento de coletivos de trabalho com vistas à superação da pobreza extrema. A ideia central deste trabalho é lançar luz sobre um público quase invisível e negligenciado pelas Políticas Públicas, apontando a Economia Solidária como um caminho possível. Em sua metodologia, utilizou a gestão participativa e a construção de uma relação de confiança com a População em Situação de Rua (PSR), atuando na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).





POVO DA RUA

O foco de luz deste material é a População em Situação de Rua, ou se preferirem, o povo da rua. Trata-se de um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Por essas razões, estes/as cidadãos/ãs utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento – de forma temporária ou permanente – bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou como moradia provisória.

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2012, existem cerca de 1,8 milhão de moradores/as de rua em todo o território brasileiro, o que representa cerca de 0,6% a 1% da população. Em quatro anos, o número de pessoas nessa situação aumentou 10%.

Na cidade de Porto Alegre, uma pesquisa divulgada em 15 de dezembro de 2016 mostra que de 2008 para 2016 o número de pessoas que vivem em espaços públicos passou de 1.203 para 2.115, ou seja: cresceu 75% em oito anos. O raio X – realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Fundação de Assistência Social e Comunitária de Porto Alegre (FASC) – contou com a participação de pessoas em situação de rua como recenseadores.

PINGUIM TROPICAL

Pinguins vivem em terras geladas. Não por acaso, estatuetas desses animais eram presenças constantes nos refrigeradores do passado. Entretanto, um pinguim se tornou referência nas oficinas do projeto ECOSOL POPRUA – Conectando Vivências. Na verdade, este era apenas o apelido de um dos participantes, mas a brincadeira também pode ser interpretada como um símbolo. Se um animal de terras geladas pode viver em um país tropical, nada é impossível.

O nosso Pinguim tropical – símbolo e guia desta cartilha – se chama Dione, tem 35 anos e está em situação de rua desde os 15. Antes, residia com a mãe em um bairro de Porto Alegre. Filho de pai ausente, perdeu as referências familiares ao ficar órfão e encontrou na rua o único meio de sobrevivência. Perambulando pelo próprio bairro, tornou-se refém do preconceito, da violência e do tráfico de drogas. Procurou ajuda em um serviço público para livrar-se do abuso de álcool e de substâncias químicas.

Conseguiu. Mas, após o tratamento, foi levado de Kombi (passos combinados) para o centro da cidade onde deveria recomeçar a vida. Só não lhe disseram de que forma. Assim, pensou ser uma bênção o encontro com um amigo do bairro na Praça da Alfândega. Com ele conheceu a verdadeira rua, com seus perigos, suas estratégias de sobrevivência, suas formas mais eficazes para conseguir comida e roupas, suas irmandades capazes de protegê-lo.

Nessas andanças, ouviu e memorizou os dois principais mandamentos da rua:

Não roubar os pertences dos irmãos/ãs de rua (peregrinos).

Não roubar pertences de gente conhecida (peregrinos).

Traduzindo (e em dose dupla): nunca prejudicar os amigos/as porque são eles teus irmãos/ãs, protetores/as e companheiros/as da “aldeia”, que é a comunidade do povo da rua.

Com o aumento da violência contra as pessoas em situação de rua no centro da capital, o grupo do Pinguim buscou um local mais seguro, no caso a Praça da Matriz. Ali fez muitos amigos, entre eles a Bolinha, assim chamada pelo cabelo black power. Ela o aconselhou a buscar seus direitos, a refazer os documentos nos órgãos do serviço público, a participar de reuniões do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)*.

Pinguim gostou do que ouviu e se aproximou do MNPR.

Também se matriculou na Escola Porto Alegre (EPA) onde se alfabetizou. Passou a participar do Núcleo Trabalho Educativo, onde faz papel artesanal e arte em cerâmica.



(*) O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) se constitui como um movimento de luta e reivindicação dos direitos da população de rua. Organizado e liderado por homens e mulheres em situação ou com trajetória de rua, conta com o apoio de estudantes, pesquisadores e profissionais dos serviços públicos organizados em nível nacional. O estopim para a criação do MNPR foi o conhecido Massacre da Sé, ocorrido em 2004, quando seis pessoas em situação de rua foram brutalmente assassinadas no centro de São Paulo, e nove ficaram gravemente feridas. Em virtude do Massacre, o dia 19 de agosto se tornou um importante marcador de memória das violações e foi estabelecido como o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

(**) Inaugurada em 30 de agosto de 1995, a Escola Municipal Porto Alegre (EPA) foi organizada a partir de uma grande mobilização da sociedade civil, que buscava cumprir os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), referentes ao direito à educação das crianças e adolescentes em situação de rua, excluídas da escolarização formal.

OFICINAS-ESPELHO

O projeto **EcoSol PopRua** foi montado e desenvolvido segundo princípios da Economia Solidária e da Educação Popular. Ou seja, espelhou o que propõe.

Assim, no primeiro estágio do projeto formou agentes multiplicadores com o objetivo de fazer com que as pessoas em situação de rua envolvidas se tornassem disseminadoras desse processo. Além disso, houve o mapeamento de 58 equipamentos de atendimento a PSR na Região Metropolitana de Porto Alegre. Ainda, foram mapeadas 614 pessoas em situação de rua para que o projeto fosse apresentado a elas e, também, para que pudéssemos compreender as demandas sobre o saber dessas pessoas.

A etapa seguinte foi firmar os coletivos de trabalho. Para isso foram realizadas, na segunda fase do projeto, 79 oficinas de constituição dos coletivos e experimentação de produção, nestas passaram mais de 100 pessoas. Esses encontros funcionavam como as rodas de conversa e oficinas para a formação dos grupos. Neste espaço foram trabalhados e refletidos coletivamente, de forma horizontal, todos os processos. Em um ambiente descontraído, produtivo e fraterno foi debatido cada passo da formação de um coletivo de Economia Solidária, com seus prós e contras, desafios, oportunidades, riscos e encaminhamentos. Entre outros conteúdos, os participantes mergulharam nos detalhes da organização autogestionária, dos materiais e dos equipamentos necessários para a produção, além das fórmulas para calcular os preços dos produtos.

Após a constituição dos coletivos, desenvolvemos este material consultivo que poderá servir de base para outros coletivos que se iniciam. Esta publicação é inédita, a 1ª a falar de Economia Solidária com pessoas em situação de rua.





CONQUISTAS E DIREITOS DA POPULAÇÃO DE RUA

Articulação da População de Rua: MNPR

Estar em movimento é uma das características de quem está em situação de rua. As dificuldades e perigos impõem às pessoas nessa condição um constante mudar de lugar: é necessário se abrigar da chuva, do frio, muitas vezes da violência do Estado e da sociedade. Mas estar em movimento também pode significar fazer laços de amizade, solidariedade e fortalecimento, pois sozinho pouca coisa se conquista nessa vida. Foi diante de tanta perversidade do mundo com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, que alguns cidadãos que viviam nessa condição iniciaram o **Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua**.

Tu já ouviste falar da Chacina da Praça da Sé? Aconteceu em 2004, quando seis pessoas que se abrigavam nessa praça foram assassinadas. O ato foi seguido de outras violências pelo país e, a partir daí, grupos da População de Rua em São Paulo e Belo Horizonte iniciaram a mobilização para criar o Movimento Nacional da População de Rua. Em 2005, no Encontro Lixo e Cidadania – que reuniu catadores de materiais reciclados e teve a População de Rua como convidada – foi lançado o **Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)**, como expressão da participação organizada em algumas cidades brasileiras, em especial Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Cuiabá. Nesse mesmo ano ocorreu o 1º Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua. Com o tempo o MNPR foi se organizando e se consolidando em outras

capitais, sendo hoje representado em 13 estados. No Rio Grande do Sul a mobilização começou em 2008.



Os princípios que orientam a organização e a prática política do MNPR são:

- Democracia
- Valorização do coletivo
- Solidariedade
- Ética
- Trabalho de base
- Horizontalidade nas relações e decisões coletivas
- Justiça

As principais bandeiras de luta do MNPR são:

- Resgate da cidadania por meio de trabalho digno
- Salários suficientes para o sustento
- Moradia digna
- Atendimento à saúde
- Luta por direitos humanos
- Pelo direito de uso das cidades
- Contra a violência e o preconceito
- Por Políticas Públicas inclusivas e de qualidade
- Por visibilidade às causas das pessoas em situação de rua, e outras

O MNPR do RS faz reuniões todas as semanas, geralmente na Escola Municipal Porto Alegre (EPA), com a participação dos integrantes do Movimento e apoiadores. Nesses encontros são debatidas as questões que envolvem a defesa e a promoção dos direitos da População de Rua. Os apoiadores são pessoas físicas e representantes de organizações da socie-

dade civil (ONGs), universidades e sindicatos. Eles têm um papel importante nas lutas, porém jamais podem substituir o Movimento, não podem falar ou representar o MNPR, a não ser que estejam assim autorizados pelos militantes. A voz principal deve ser sempre das pessoas em situação de rua. As bandeiras de luta do MNPR se concretizam quando se efetivam como direitos e se tornaram Políticas Públicas. A caminhada de luta do Movimento registra diversas delas.

O que são Políticas Públicas?

As Políticas Públicas são um direito de todo o cidadão e cidadã e servem para garantir os direitos humanos à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à cultura, ao lazer, ao esporte, ao acesso à tecnologia, à comunicação, à assistência social, à natureza, entre outros.

Em relação à Pop Rua, as principais e maiores conquistas vieram a partir da criação do MNPR e de governos que dialogam e constroem Políticas Públicas com e para as pessoas, principalmente as mais pobres. Em 2009 o Governo Federal, após processo de debates, criou a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional (CiampRua).

E por que a Política Nacional para a População em Situação de Rua é importante? Por que ela busca garantir o acesso da População em Situação de Rua aos serviços, benefícios, programas e projetos públicos, envolvendo prefeituras, estados e Governo Federal. O processo de construção desta política vem desde 2005 por meio do diálogo com vários ministérios do Governo Federal. Somente em 2009, no 2º Encontro Nacional, se consolidou esta Política Nacional. Mas, o projeto de lei 5740/16 que a cria ainda está tramitando no Congresso Nacional. A avaliação do Movimento é a seguinte: “Sem pressão ela não sairá do papel, portanto ainda há muita luta para a efetivação da Política Nacional. Primeiro é preciso transformá-la em lei, pois só assim os direitos são assegura-

dos. Segundo, para que seja aplicada o MNPR e seus parceiros precisam ter muita capacidade de pressão.”

O **Projeto Economia Solidária e População em Situação de Rua**, é um exemplo de Política Pública que visa garantir uma das bandeiras de luta da Pop Rua: “Resgate da cidadania por meio de trabalho digno”. O projeto está em andamento desde início de 2014 em sete capitais, e tem previsão de término em meados de 2017. As capitais são: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Bahia, Belo Horizonte, Fortaleza e Brasília. Este Projeto foi uma demanda do MNPR e é desenvolvido por organizações parcerias com financiamento do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Como garantir mais e melhores Políticas Públicas?

A publicação *Conhecer para Lutar: Cartilha para Formação Política*, do Movimento Nacional da População em Situação de Rua de 2010, aponta caminhos para a construção de uma Política Pública:

- 1. Identificação do problema social e dos direitos** das pessoas que vivem nas ruas para ter acesso ao grau de violação de vários direitos que exigem formas específicas de ação do Estado.
- 2. Inserção na agenda política:** identificado o problema, ele deve entrar na pauta de debate e ação do Estado.
- 3. Definição das ações:** o Estado e os beneficiários da política negociam os serviços necessários, os princípios e diretrizes, os programas públicos e o financiamento regular.
- 4. Aprovação legal:** é o processo de definição das leis necessárias à Política Pública, o que exige muita negociação com o executivo e o legislativo.
- 5. Implementação:** é preciso definir estratégias para garantir a política. Esta é a grande batalha do Movimento.
- 6. Monitoramento:** é o “controle” da implementação da política por meio de avaliação e aperfeiçoamento, como os feitos pelos conselhos ou comitês de acompanhamento.

O caminho é longo e a participação política é fundamental para efetivação de cidadania. Para participar é preciso ter organização coletiva e lideranças que atuem pelo e a partir do coletivo, de forma horizontal e representando o que o Movimento define.

Os Conselhos de Políticas Públicas são um espaço importante de debate e elaboração das políticas. Estes conselhos podem ser federais, estaduais ou municipais e são compostos por representantes do poder público e da sociedade civil. A participação popular em espaços como estes assegura aos diversos grupos da sociedade o direito de debater, construir e acompanhar o que está sendo realizado na sua cidade, bairro ou país. Assim, os cidadãos/ãs podem fiscalizar de forma permanente a aplicação do dinheiro público.

Destacamos dois Conselhos:

Conselho de Assistência Social

• Acompanha a chegada do dinheiro e a aplicação da verba para os programas de assistência social. E debate e delibera sobre o plano de assistência social feito pela prefeitura.

Conselho Municipal de Saúde

• Acompanha as verbas que chegam pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e os repasses de programas federais. Participa da elaboração das metas para a saúde. Controla a execução das ações na saúde. Outro mecanismo de envolvimento da sociedade civil na elaboração de políticas são os Comitês. Em relação à População de Rua já citamos o Ciamp Rua, em nível nacional e no RS temos os Comitês Inter-municipal e Estadual de Políticas para a População em Situação de Rua.



Que Políticas Públicas garantem efetivamente os direitos da População em Situação de Rua?

Na Assistência Social há o **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, grande conquista da sociedade civil organizada. O SUAS é gratuito e tem como prioridade combater a pobreza e diminuir a desigualdade. Para acessar o SUAS é importante procurar o **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**, “porta de entrada” para os programas e projetos, nas comunidades mais carentes. Os CRAS atendem as pessoas que ainda têm residência. Também tem o **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**, onde estão ligados os albergues, abrigos, os centro Pop, entre outros serviços que atendem a População em Situação de Rua.

O CRAS busca prevenir (evitar) a ocorrência de situações de riscos sociais por meio do atendimento às famílias, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e proporcionando o acesso aos direitos cidadãos. O CREAS oferece apoio e orientação especializados a pessoas com situações de risco comprovadas, geralmente, pessoas já em situação de rua, ou seja, vítimas de violência física, psíquica e sexual, bem como negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais. O CREAS também acompanha as equipes no Serviço Especializado de Abordagem Social, que atende a População em Situação de Rua por meio de abordagem individual ou de grupos, promovendo – a partir da formação de vínculos no espaço da rua – a inserção na rede de serviços socioassistenciais, além do acesso às demais Políticas Públicas.

O Centro Pop é uma unidade pública da Assistência Social para atendimento especializado à população adulta em situação de rua. Tem como objetivo ser um espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento

de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Deve buscar promover vivências para o alcance da autonomia e estimular a organização, a mobilização e a participação social. Os Centros Pop devem funcionar através da participação ativa de seus frequentadores/as, que possam construir as regras de convivência junto com a equipe técnica, por exemplo. Porém, essa não é a realidade dos Centro POP. Uma gestão mais democrática do equipamento é uma reivindicação do MNPR.

Para acessar estas e outras Políticas Públicas é importante fazer o Cadastro Único num CRAS, CREAS ou Centro Pop. Este cadastro contempla pessoas ou famílias que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou com até 3 salários mínimos de renda mensal total. As informações coletadas no Cadastro Único sobre pessoas e famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza servem para Governo Federal, Estados e Municípios como subsídio para elaboração e implementação de Políticas Públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

Em várias cidades há os Restaurantes Populares, conhecidos em alguns lugares como “Bandeirão”. Estes espaços têm o dever de garantir uma alimentação saudável e nutritiva para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade a um custo muito baixo.

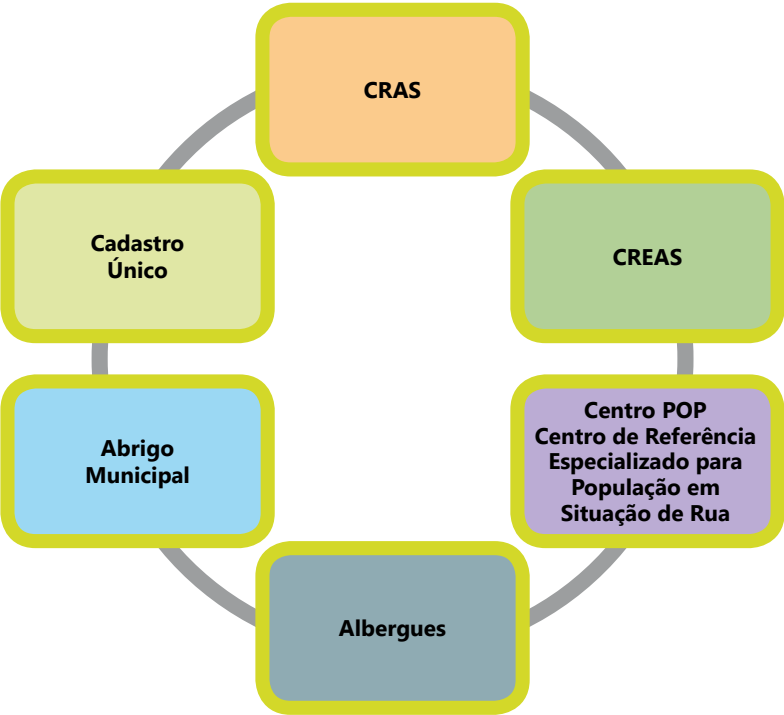
Há também projetos mais pontuais de atendimento, como o **Ação Rua**, que é um Serviço Especializado em Abordagem Social. O seu objetivo é realizar abordagem e busca ativa, que identifique situações de rua de crianças, adolescentes, adultos e famílias. A partir desse reconhecimento, promover a formação de vínculos com a equipe no espaço da rua, a inserção na rede de serviços socioassistenciais e acesso às demais Políticas Públicas.

Os espaços de acolhimento noturno para a População em Situação de Rua são conhecidos como Albergues, que podem ser municipais ou conveniados, o que significa que uma organização da sociedade recebe recurso público para prestar o atendimento. Os Albergues recebem as pessoas no início da noite. Servem janta, café da manhã, banho. Em alguns, roupas limpas. Porém, as regras desses espaços são geralmente definidas apenas por quem oferece o serviço. Dessa forma, ainda há espaços com restrições à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTs), pessoas sobre efeito de álcool e outras drogas, além dos animais. Nos últimos anos houve mais debates e pressão por parte do Movimento e dos grupos de defesa de Direitos Humanos sobre estas questões. Hoje já há espaços que acolhem a diversidade sexual e mesmo os animais que acompanham as pessoas.

Os Abrigos são espaços de moradia temporária que abrigam pessoas em situação de rua para que estes possam se organizar social e pessoalmente. O abrigo tem como função auxiliar as pessoas a se estabilizarem. É importante que seja um local de referência e proteção. Cada abrigo tem autonomia para organizar a sua rotina e estabelecer, em conjunto com os moradores/as, as normas de convívio. Estes espaços contam com uma equipe de atendimento, como monitores/as, educadores/as sociais, assistentes sociais e enfermeiras.

Como acessar? Os abrigos são acessados pelo Núcleo de Acolhimento que fica na sede da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Funciona em horário comercial. Os serviços em geral, hospitais, equipes de abordagens e outros, ligam para o núcleo e fazem a solicitação de abrigagem para as pessoas. Estas entram em uma lista de espera e assim que abrem as vagas nos abrigos vão sen-

do acolhidas. Se é um caso de urgência, as equipes que acompanham, avaliam junto com o núcleo. E essa pessoa passa a ter preferência. O Albergue Municipal, por fazer abordagens noturnas, é o único serviço com autonomia para fazer avaliação de abrigagem e vagas à disposição da equipe de acordo com a necessidade. Precisa, no entanto, que existam vagas dos dois abrigos: Marlene e Bom Jesus. Também há o abrigo para famílias em situação de rua e as duas casas lar para idosos que saem da situação de rua, assim como o Centro de Convivência para Idosos.



CRAS

Auxílio Alimentação; Auxílio Funeral; cadastramento do Passe Livre; Benefício de Prestação Contínua; grupos de convivência; grupos socioeducativos.

CREAS

Serviço de Enfrentamento à Violência (crianças e adolescentes); abuso ou exploração sexual de crianças e de adolescentes (e suas famílias); trabalho infantil; violação de direitos contra crianças e adolescentes, com vistas à inclusão em uma rede de proteção; Serviço Especializado em Abordagem Social; apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua:

Realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das Pessoas em Situação de Rua. Pode ser acessado a qualquer momento.

Albergues

Oferece pernoite, janta, café da manhã, banho e roupas limpas a moradores de rua de ambos os sexos.

Abrigo Municipal

Além do acolhimento, auxilia os abrigados em sua reorganização pessoal e social.

Cadastro Único

Para famílias brasileiras de baixa renda.

Onde fazer?

- Centro POP, CREAS ou CRAS (depende de cada município).

Como fazer para cadastrar?

- Ser maior de 16 anos.
- Ter CPF ou Título de Eleitor (caso não tenha documentos, no posto de cadastramento você será orientado sobre como adquiri-los).

Qual endereço devo informar?

- Endereço próprio ou de alguém de sua confiança (caso não possua, poderá usar endereço da Unidade de Serviço de Assistência Social que tenha como referência – Centro POP, CRAS ou CREAS – onde você é atendido).

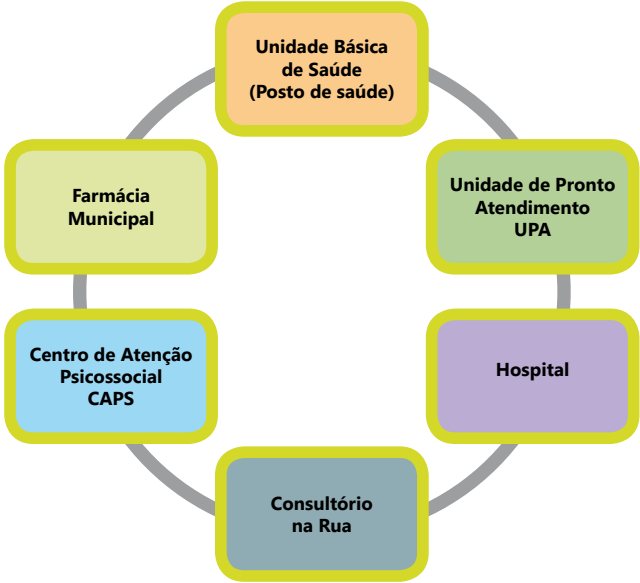
Benefícios do CadÚnico:

- Programa Bolsa Família (PBF)
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)
- Carteira do Idoso
- Aposentadoria Facultativa para pessoas de baixa renda
- Isenção de pagamentos de taxa de inscrição em concursos públicos
- Programa Minha Casa, Minha Vida – Faixa 1

Na Saúde, o **Sistema Único de Saúde (SUS)** é gratuito, tem como princípio o acesso universal, independente da condição social. Para acessar o SUS é importante ter a documentação em mãos, entretanto, o atendimento não pode ser negado na falta deles.

Aqui destacamos dois serviços muito importantes para as pessoas mais fragilizadas econômica, social ou emocionalmente. Os **Centro de Atenção Psicossocial** e o **Consultório na Rua (CAPS)**.

O CAPS é um serviço específico para o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com necessidades em decorrência de transtornos psíquicos, uso e abuso de álcool e outras drogas. Deve realizar o acompanhamento clínico e, assim, ajudar a promover a reinserção social dos usuários/as pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Os CAPS também atendem aos usuários/as em seus momentos de crise, podendo oferecer acolhimento noturno (permanência) por um período curto de dias. Dispõe de equipe multiprofissional composta por médico/a psiquiatra, clínico geral, psicólogos/as, entre outros. Já os Consultórios na Rua são equipes de saúde móveis, da atenção básica, que devem prestar atenção integral à saúde da População em Situação de Rua, considerando suas diferentes necessidades. Atuam junto às pessoas que fazem uso e abusam de álcool e outras drogas, com a estratégia da política de redução de danos. Essas equipes possuem profissionais de várias formações que atuam de forma itinerante nas ruas desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção.



Unidade Básica de Saúde – Posto de saúde

Fica próximo onde as pessoas moram, como referência da comunidade.

Quando procurar? Para acompanhamento; consultas médicas; vacinação; recebimento de remédios; enfermaria (curativos, pontos, pressão, entre outros)

Unidade de Pronto Atendimento – UPA

Atende urgência e emergência 24h*.

Quando procurar? Cólicas renais; convulsões; falta de ar; intoxicação; trauma craniano.

Hospital

Atende urgência e emergência 24h*.

Quando procurar? Acidentes; dores no peito; fraturas graves; hemorragia; trabalho de parto.

Consultório na Rua

Como funciona? De forma itinerante, ocorre em período diurno e/ou noturno, em todos os dias da semana. As equipes fazem atendimento desde pré-natal, acompanhamento de hipertenso, diabético, e também atendimento de agravos prioritários (questões de uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, tuberculose e DSTs. Atendimento prioriza o cuidado no local, ou seja, na rua.

Centro de Atenção Psicossocial – CAPS

Como funciona? De portas abertas, com atividades voltadas ao trabalho, lazer, exercícios dos direitos sociais e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. O CAPS oferece alimentação.

Farmácia Municipal

Disponibiliza medicamentos gratuitos, com solicitação de receita médica. Os medicamentos mais comuns são para pressão alta, diabetes, depressão, infecções, verminoses, cólicas enxaquecas, queimadura, inflamações, anticoncepcionais, preservativos masculinos e psicotrópicos.

*As situações consideradas como **emergência** são aquelas que oferecem risco de morte, já a **urgência** é quando o paciente precisa de um atendimento rápido para evitar complicações.

Conhecimento é poder

O conhecimento dá poder e autonomia. Por isso, conhecer os seus direitos é uma das principais conquistas de um/a cidadão/ã. Sabendo o que lhe é assegurado por lei, você poderá reivindicar tudo o que lhe for negado e lutar contra as injustiças e o preconceito. Também é importante saber aonde ir e a quem recorrer nas horas de dificuldade quando todas as portas parecem estar fechadas.

As Políticas Públicas são fundamentais para qualificar a vida da População de Rua, mas elas só se tornam realidade pela pressão social. Então, o engajamento na luta é fundamental para a garantia dos seus direitos. Da mesma forma, a vida fica melhor e as alternativas de trabalho e renda aumentam quando as pessoas se associam de forma solidária como poderão conferir se continuarem lendo esta cartilha.

Serviços importantes para garantia dos Direitos:

O que fazer quando você é vítima de qualquer tipo de violência, seja de outro cidadão/ã ou do Estado?

- ***Faça um Boletim de Ocorrência. Para isso, é necessário se dirigir a uma delegacia de polícia.***
- ***Procure entidades que apoiam a População em Situação de Rua e o MNPR para que encaminhem a denúncia ao Ministério Público e à Defensoria Pública.***
- ***Organize manifestações, atos públicos e audiências públicas.***
- ***Utilize o Disque 100.***



BOAS PRÁTICAS



ESCOLA MUNICIPAL PORTO ALEGRE (EPA)

Uma das experiências mais importante de garantia do direito à educação da Pop Rua é a **Escola Municipal Porto Alegre (EPA)**, inaugurada em agosto de 1995. A escola tem como objetivo principal a ressignificação de vida dos estudantes através de uma proposta de emancipação pessoal e social. O Núcleo do Trabalho Educativo da EPA, implantado em 1999, tem como perspectiva constituir-se em espaço de cidadania, onde a experiência de trabalho seja vivenciada de forma autoral, crítica e solidária. A partir do levantamento da história de vida dos estudantes da EPA e de suas habilidades e interesses, o NTE construiu áreas de atuação que se complementam. São elas: Papel Artesanal, Jardinagem, Cerâmica, Informática. Outras áreas se somam conforme a atuação dos parceiros, como Fotografia, Filosofia e Inglês. Em 2015 a sociedade se mobilizou para apoiar a permanência da EPA, visto que a Prefeitura queria encerrar seu trabalho. A EPA resistiu e hoje está ainda mais fortalecida, com a articulação de outros parceiros da sociedade civil que apoiam suas ações e trabalho.

O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR/RS) travou essa luta com muita força na ocasião e foi um dos principais interlocutores na resistência contra o fechamento da EPA. O MNPR exerceu um importante papel político junto aos estudantes e professores/as da escola, além de chamar a sociedade civil para a luta. Também contribuiu com a experiência acumulada na Copa do Mundo de 2014, quando estabeleceu articulações com defensoria pública e outros órgãos de justiça. Esses organismos judicializaram a ação em defesa da EPA, garantindo a sua continuidade.





AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO (ALICE)

A ALICE é uma organização sem fins lucrativos, que desde 1999 trabalha para revelar o que a sociedade não vê, defendendo o direito de todos à comunicação, à cultura, à arte e a convivência harmônica em uma sociedade sustentável. Nessa linha, desenvolve projetos alternativos e autônomos, baseados nos princípios da Economia Solidária, envolvendo comunidades ignoradas pela mídia tradicional e negligenciadas pelas Políticas Públicas. Entre os projetos realizados, destacam-se o jornal **Boca de Rua** – feito, vendido e gerido por moradores de rua de Porto Alegre. Criado em 2000, o Boca tornou-se bem mais do que um simples periódico. Trata-se de uma comunidade regida por uma lei própria embasada na comunicação ética, no respeito, na solidariedade, no pensamento crítico, nas decisões coletivas e no afeto. O Boca possui um suplemento infanto-juvenil – o Boquinha – e faz parte da Rede Internacional de Publicações de Rua (International Network of Street Papers - INSP), entidade que reúne jornais e revistas vendidos por populações em situação de risco de 28 países. É o único com conteúdo produzido integralmente pelos próprios integrantes.

A experiência do Boca de Rua inspirou diversos projetos na linha da Economia Solidária dentro e fora da Alice. Na instituição, um deles é a Feira Arteira. Autogerida pelos próprios expositores/as, agrupa artistas plásticos e gráficos de várias linguagens e gerações, além de artesãos/ãs, fotógrafos/as, músicos, escritores/as e invencionistas em geral. A valorização dos talentos locais, o incentivo ao consumo consciente num espaço de convivência onde predominam a confiança e a plena vivência da cidadania são objetivos dos participantes, que entendem a arte como um instrumento de reflexão, crítica e transformação social.

TRABALHO CAPITALISTA X TRABALHO SOLIDÁRIO

Trabalho e Trabalhador/a

O trabalho é uma atividade social que visa transformar o meio em que se vive para a realização de objetivos. A atividade do trabalho é um dos principais fatores do desenvolvimento, indispensável à existência humana. A relação humana X natureza, só existe em função do trabalho, pois este transforma a matéria vinda da natureza em riquezas, ao mesmo tempo em que transforma os próprios trabalhadores/as. Entretanto, a natureza do trabalho varia – e muito – se ele estiver inserido em uma economia capitalista ou, ao contrário, em um contexto de Economia Solidária.

Na sociedade primitiva, a organização entre homens e mulheres se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue. Na sociedade que começou a dividir-se em classes, a propriedade passou a ser privada e os laços de sangue retrocederam diante do novo vínculo estabelecido pela escravidão. Todas as sociedades, de uma forma ou de outra, têm um modo de organização e produção hegemônicas, com tensões diferenciadas e características próprias de cada contexto histórico.

Quem é o ser Trabalhador/a

Trabalhador/a são todas as pessoas que desenvolvem algum tipo de trabalho para sobreviver, não necessariamente remunerado. Exemplo: fazer ou cozinhar o alimento que vai comer, tomar banho, escovar os dentes, entre outros.

São trabalhos realizados para garantir a sobrevivência de cada pessoa, no entanto ninguém paga para o outro fazer isso. Neste sentido, o trabalho deve servir para a emancipação humana.

O que é o Sistema Capitalista?

Sociedade é um conjunto de pessoas organizadas em um determinado lugar, que compartilham de ideias e saberes e que interagem entre si formando comunidades. O Sistema Capitalista é a forma de organização econômica da sociedade baseada na exploração do trabalho humano. Foi criado para garantir que os meios de trabalho, produção e distribuição sejam de propriedade privada e com fins lucrativos.

Como se dão as relações de trabalho no Sistema Capitalista?

No Sistema Capitalista não existe uma relação do trabalho com o trabalhador. O processo produtivo é em grande escala e o trabalhador/a é considerado/a uma peça da produção. Essa peça (trabalhador/a) pode ser substituída a qualquer momento, se apresentar falha na produção. O valor monetário repassado a este trabalhador/a não foi pensado de forma que viesse a garantir sua existência plena, mas sim garantir o lucro e o acúmulo de capital do patrão.

No Sistema Capitalista, em todas as esferas da sociedade, existe um que manda e o outro que obedece, aquele que pensa e o outro que executa. As relações de poder são de cima para baixo, quanto mais dinheiro, mais poder o indivíduo tem. Essa relação do trabalhador/a com o Sistema Capitalista vem se esgotando, primeiro porque esse sistema não suporta ou acolhe a todos, segundo porque os trabalhadores/as não querem e nem conseguem aceitar este tipo de dominação. Os tempos são outros, os trabalhadores/as estão percebendo

do o quanto esse sistema serve pra mantê-los aprisionados na miséria, garantindo assim que o Sistema Capitalista continue existindo.

Em contraponto a este Sistema Capitalista, um grupo de trabalhadores/as, instituições religiosas, universitários/as e movimentos sociais buscam criar oportunidade de geração de trabalho e renda. Baseado em uma outra economia possível, em que a pessoa, a vida e o cuidado com o outro são os eixos centrais. O trabalho passa a ser um fator para garantir essa relação. Sendo assim, começa a surgir a proposta de um novo sistema econômico.

O que é Economia Solidária?

A Economia Solidária pode ser definida como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para se viver. Nessa economia não há exploradores e explorados, pois o objetivo não é gerar riqueza através da acumulação, da destruição da natureza e da exploração do indivíduo, mas sim, buscar a garantia de viver bem.

A Economia Solidária é um processo de luta, em que os trabalhadores/as buscam meios para melhorar suas condições de existência.

Os trabalhadores/as estão se unindo para fazer Economia Solidária porque os frutos do Sistema Capitalista são amargos: desemprego, falta de terra para plantar, destruição do meio ambiente, ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. É isso que acontece quando o dinheiro vem em primeiro lugar. Na Economia Solidária o mais importante é a vida, são as pessoas.

As organizações e coletivos de Economia Solidária podem ser de produção, comercialização ou serviços. Estes grupos podem ser formalizados (ter uma forma jurídica, um CNPJ, emitir nota fiscal) ou não. O importante é que o processo do trabalho seja desenvolvido coletivamente seguido pelos princípios da Economia Solidária.

Quais os Princípios da Economia Solidária?



Autogestão

O princípio da autogestão diz que todos/as integrantes são responsáveis pelo processo administrativo do coletivo. Não deve existir quem manda mais ou quem manda menos, mas sim ter pessoas que sejam referência para cada processo. Nos processos de tomada de decisão, são realizadas reuniões ou assembleias para que cada integrante possa se manifestar. Assim, o coletivo terá condições de decidir melhor.



Autonomia

O coletivo deve ser capaz de tomar suas próprias decisões, evitando que pessoas, grupos, partidos políticos ou outros fatores externos possam influenciar nas suas escolhas ou processos.



Democracia

Em um coletivo da Economia Solidária, todos os integrantes devem ter direito a voz. Direito que deve ser igualitário, a partir das suas diferenças.



Solidariedade

O grupo de Economia Solidária precisa embasar suas relações pessoais no coletivo pela solidariedade. Entretanto, essa solidariedade não é uma ajuda apenas. Solidariedade é informar, é dividir o que se sabe e o que se tem, é ter compaixão, é ter cuidado com o outro.



Cooperação

O princípio da cooperação guia o processo do trabalho individual para o trabalho coletivo, fazendo com que cada pessoa contribua com a outra. O sentido é possibilitar que, a partir de uma ação conjunta, o coletivo chegue em um objetivo comum.



Respeito à Natureza

A Economia Solidária prima por uma mudança do sistema econômico que valoriza a vida. Neste sentido, promover ações que reflitam e pensem o processo produtivo e do trabalho, respeitando o meio ambiente, é fundamental para a transformação social.



Comércio Justo

Comércio justo é uma prática de comercialização voltada para os valores de justiça social e solidariedade, realizada pelos empreendimentos econômicos solidários. Nesta prática, os coletivos precificam seu produto a partir do valor da matéria prima e do trabalho.



Consumo Consciente

Consumo consciente tem como objetivo fazer com que o coletivo adquira, apenas, o que necessita, sem criar excessos. Também sinaliza ao coletivo que as relações com empresas que agredem a natureza vão contra um dos princípios, o Respeito à Natureza.



A Valorização Social do Trabalho Humano

A valorização do trabalho humano serve para sinalizar que todo trabalho é digno e que não deve existir uma valorização/reconhecimento a mais por diferenças de tarefas de trabalho. O que precisamos é discutir quais as necessidades de cada indivíduo e o que cada pessoa precisa para viver bem.



Valorização da Diversidade

Reconhecimento do papel fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminar crença, cor, orientação sexual e qualquer tipo de deficiência.

Ao conhecer os princípios dessa nova economia percebe-se logo que não é apenas para compensar os resultados da exclusão social provocada pelo Sistema Capitalista ou para dar uma resposta ao desemprego.

Veio para mostrar uma nova forma de organização social e econômica, a favor da vida, capaz de integrar solidariamente a sociedade.

A Economia Solidária é uma estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social e à desvalorização do trabalho, que acompanham o Sistema Capitalista há muito tempo. O capitalismo é marcado por essa contradição de produzir riqueza, gerando miséria.

Assim, para além de valorizar, promover e articular as formas cooperativas e autogestionária de produção, comercialização, consumo etc, visa construir um projeto de desenvolvimento sustentável para o país, que seja ao mesmo tempo solidário, global e coletivo.

Qual a forma de organização da Economia Solidária?

A Economia Solidária está crescendo, centenas de pessoas e coletivos vem se apropriando desta forma de organização. É um movimento do qual participam três grupos principais:

1. Os Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações com as seguintes características:

- a) Associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.
- b) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadores/as do meio urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados.
- c) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas.

- d) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real.
- e) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.

2. Entidades de assessoria e/ou fomento são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como:

Capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento ao crédito, assistência técnica e organizativa.

3. Gestores públicos:

São aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de Economia Solidária de prefeituras e governos estaduais.

O movimento de Economia Solidária reúne os 3 seguimentos em reuniões mensais que são chamadas de Fórum de Economia Solidária.

Esse Fórum tem como objetivo mapear, discutir, reivindicar Políticas Públicas para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários.

A Economia Solidária pode envolver toda sociedade em ações coletivas e solidárias, fortalecendo o coletivo e empoderando o sujeito.

Como se dá o reconhecimento do trabalho e do saber?

Na Economia Solidária, todos os integrantes precisam conhecer e participar de todos os momentos vivenciados pelo coletivo, produção comercialização e gestão. Não existe um saber que se sobreponha ao outro. Existe sim saberes diferentes que se completam.

O valor do trabalho na Economia Solidária é medido pelo quanto cada integrante está disposto a trabalhar e não necessariamente pelo que ele trabalhou. Apropriar-se e trocar conhecimento tornam o trabalhador/a protagonista da sua história. Ele se responsabiliza por garantir a sua existência e não mais o outro, como no Sistema Capitalista. Reconhecer que não sabe tudo e estar disposto a aprender impulsiona o coletivo e estimula o sujeito a superar diversos desafios durante a construção do processo.





COMO CONSTITUIR UM COLETIVO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Passo a passo

A constituição de um coletivo de trabalho de Economia Solidária se dá a partir de pessoas que partilham de um interesse ou necessidade em comum. Esta formação requer sensibilidade dos participantes para que estes percebam que todos sabem algo e que podem trocar com os outros, assim o aprendizado é resultado da troca coletiva.

Cada grupo de pessoas que busca formar um coletivo tem características específicas como território, rotinas e dinâmicas de vida. Sendo assim, é fundamental que se tenha atenção a estas questões na hora de iniciar as formações.

Aqui, trazemos alguns momentos para que os indivíduos se aproximem e iniciem as reflexões e caminhos a serem trilhados nesta construção.

Mundo do Trabalho

Para a criação e consolidação de um coletivo de Economia Solidária é necessário que as pessoas se conheçam e se reconheçam. Para isso, sugerimos a dinâmica do Mundo do Trabalho na qual cada participante relata suas memórias sobre o trabalho. Esta roda de conversa possibilita a exposição de percepções sobre as atividades, memórias afetivas, assim os integrantes se aproximem com empatia diante os relatos um dos outros. No fechamento das falas, o mediador/a explica o que é Economia Solidária.

Sugere-se também outras rodas de conversas com temáticas

de interesse do coletivo, como direitos da População em Situação de Rua, Políticas Públicas e organizações populares semelhantes ao Movimento Nacional da População de Rua. Esse procedimento é especialmente importante na constituição do coletivo para que ocorra a integração entre os participantes.

Princípios da Economia Solidária

Para seguir a construção do coletivo é fundamental que as pessoas dominem os princípios da Economia Solidária. São estes princípios que vão nortear as ações do coletivo e orientar nos momentos de decisão. Os princípios da Economia Solidária estão detalhados no Capítulo II desta cartilha.

Para fomentar o debate e a reflexão sugerimos que o coletivo assista o vídeo “Outra Economia Acontece”.

A dinâmica proposta para reflexão e conhecimento dos princípios consiste na divisão do coletivo em pequenos grupos, orientando-os para analisar apenas um.

Posteriormente, as conclusões dos grupos serão compartilhadas com todo o coletivo, que debaterá em conjunto. A discussão sobre os princípios da Economia Solidária não se encerra nesta etapa. A todo o momento, o coletivo precisa retomar esses conceitos para que não se percam na prática do dia a dia e continuem norteando e fortalecendo todo o processo.

Conhecendo Experiências

É necessário pensar nos meios de trabalho comuns aos integrantes do coletivo ou mesmo quais os serviços que poderão ser ofertados.

Para contribuir com as reflexões do coletivo de trabalho sugerimos visitar coletivos de trabalhos já existentes. Tomando contato com essas experiências, a partir de relatos, perguntas, dúvidas, o coletivo pode perceber a realidade e se inspirar. Aqui o anfitrião/a conta a história do coletivo, como foi sua constituição, os princípios da Economia Solidária, as prioridades, fluxo de produção e muito mais.

As visitas em loco permitem que seja vivenciado o espaço de trabalho, a organização dos materiais de produção, os equipamentos, o estoque, entre outros itens que compõem o ambiente de trabalho.

Definindo o Coletivo

Os diálogos das rodas de conversa, as saídas de campo, as dinâmicas são estímulos para que os participantes mostrem, relatem seus saberes e fazeres. Com esta troca podem refletir sobre o objetivo do coletivo de trabalho. O foco do coletivo pode variar por diversos seguimentos, desde a geração de renda, empoderamento dos integrantes, trabalho coletivo, compras coletivas, comercialização, trocas, entre outros. O importante é estabelecer, já no início do trabalho, o que realmente une as pessoas envolvidas. Firmado que o coletivo tem um caminho a seguir, mesmo que incerto, é possível dizer que o coletivo de trabalho já existe e os primeiros passos determinarão o rumo de todo o trabalho.

O Grupo



Um Coletivo de Economia Solidária precisa:

- ***Ter, no mínimo, 5 integrantes***
- ***Ter um interesse em comum***
- ***Dividir as perdas e ganhos***
- ***Vivenciar os princípios da Economia Solidária***

O que produzir?

Decidir o que o coletivo irá produzir e/ou qual serviço irá prestar não é tarefa fácil. Para chegar a essa determinação é necessário retomar algumas das reflexões feitas nas oficinas anteriores, principalmente as que são voltadas ao saber-fazer.

Alguns itens são fundamentais para definir produto: qual o local adequado para produção, qual espaço físico demanda, quais equipamentos precisa, qual investimento em insumos, quanto tempo de produção, onde pode ser comercializado, possível comprador/a, entre outras questões que possam surgir. Estes questionamentos guiam o grupo e criam condições para realizar a produção.

O ideal é que o coletivo tenha mais de uma proposta de produto e faça a experiência de produzir cada um para avaliar o processo e decidir qual será investido. Neste momento de escolha, é bom levar em consideração a afinidade de cada participante com o processo produtivo, pois gostar do que se faz é um elemento essencial para atingir o resultado esperado.

Aqui usaremos o exemplo do bolo de fubá para exemplificar os processos de produção. Esse exemplo poderá ser adaptado ao outros produtos e serviços, conforme a demanda do coletivo.

Exemplo prático

O que precisamos para produzir?

Iniciamos o planejamento de produção com o levantamento de todos os materiais necessários, como: estrutura física, materiais permanentes, insumos e tempo de trabalho.

Insumos: São todos os materiais utilizados na produção do produto. Normalmente eles têm um prazo de validade e precisam ser adquiridos a cada nova produção ou conforme demanda.

Estrutura física: é o espaço que será utilizado para a produção. Esse espaço pode ser cedido, alugado ou comprado, mas seja qual for o caso, existe um custo para mantê-lo. Esse custo pode ser fixo ou variável. Ex.: aluguel, condomínio, energia elétrica, internet, telefone, água etc.

Materiais Permanentes: são os materiais utilizados para produção e estes têm um tempo de duração que ultrapassa o da produção. No entanto, também eles apresentam desgaste ao longo do tempo e por isso precisa ser reservado um valor para a reposição destes. Ex.: balcão, gás, pia, fogão, mesa, forma, colher, entre outros.



Precificação do Produto

Após fazer o levantamento de infraestrutura, insumos e materiais, listaremos o valor de cada item para chegar ao preço do produto. Aqui também é necessário calcular o tempo de produção. E a melhor maneira de ter essa informação é produzir. Isso ajudará na reflexão sobre o valor do trabalho e o quanto se utilizou de energia elétrica, entre outros itens do processo produtivo. Para calcular o valor de cada insumo, temos que saber o valor total deste insumo e dividir pela quantidade utilizada.

Ex.: 12 ovos, no valor total de R\$ 5,60, sendo que serão utilizados 3 ovos na produção. Então, se divide R\$ 5,60 por 12, multiplicado por 3. O resultado deste cálculo é o preço dos ovos utilizados.

$5.60 / 12 \times 3 = R\$ 1.40$

Exemplo de Precificação do Bolo de Fubá Projeção para 10 pedaços

Insumos	Quantidade	Valor utilizado
Água	2 litros	R\$ 0,03
Ovos	3 unidades	R\$ 1,40
óleo	1 xícaras	R\$ 0,62
Farinha de trigo	2 xícaras	R\$ 1,20
Leite	1 xícaras	R\$ 0,35
Fubá	1 xícaras	R\$ 0,39
Fermento biológico	20 gramas	R\$ 2,70
Açúcar	3 xícaras	R\$ 3,00
Gás	45 min.	R\$ 0,83
Luz	60 min.	R\$ 0,15
Custo total dos insumos		R\$ 10,66
FATIA DO BOLO DE FUBÁ	10	R\$ 1,07



Exemplo prático

O valor do trabalho

Para refletir sobre o valor do trabalho, podemos utilizar dinâmicas como a “chuva de ideias” a partir de questões como O que é e para que serve o trabalho? De que forma o Sistema Capitalista se relaciona e potencializa o trabalho e qual a relação da Economia Solidária com ele? Sabendo da importância dessa relação para a garantia da existência humana, passamos para outra grande reflexão: o que cada um precisa para viver? Esse é o momento de trazer e explicar o conceito sobre a diferença entre o “viver bem” e o “bem viver”. A partir deste ponto, é possível começar a valorizar monetariamente o custo de cada coisa, como água, energia elétrica, sabonete, aluguel e desodorante, entre outros itens. Por exemplo, se uma pessoa precisa de R\$ 500,00 mensais para viver, ela deve dividir este valor pelo número de dias do mês.

$R\$ 500/30 \text{ dias} = 16,60 /24 \text{ (horas)} = R\$ 0,69$
vale a hora.

Voltando ao processo de precificação do produto, verificamos que se o tempo de produção do bolo de fubá foi de 2 horas o valor do trabalho será R\$ 0,69 (valor da hora) x 2 horas (tempo de produção) = R\$ 1,38 é o valor do trabalho para produzir o bolo. Se o bolo for dividido em 10 fatias, o valor do trabalho por fatia é R\$ 0,14.



Consideramos duas horas de trabalho por entender que a atividade inicia antes do processo produtivo, ainda antes de colocar a mão na massa propriamente. Começa, portanto, no planejamento, na organização e nas saídas para compra de insumos até a finalização.

Composição de preço

Custo da fatia (insumos e infraestrutura)	R\$ 1,07
Custo de depreciação dos materiais - valor simbólico	R\$ 0,15
Tempo de trabalho	R\$ 0,14
Custo total de produção	R\$ 1,36

Lembre-se que todos os custos devem ser divididos pela quantidade que a produção rende. Aqui produzimos UM bolo que rende 10 fatias.

As sobras

Qual será, então, o valor de venda da fatia do bolo de fubá?

Antes de iniciarmos esta reflexão precisamos saber que um coletivo de trabalho só é sustentável e viável se gerar sobras. As sobras são o excedente da produção, ou seja, após pagarmos nosso investimento (insumos, infraestrutura, materiais e trabalho), o recurso que “sobra” é o recurso que deverá ser destinado para reinvestimento no coletivo e também dividido entre os sócios/as do coletivo.





O percentual de sobra pode variar conforme o produto e o impacto que tem no preço final. Quando chegamos ao preço final, precisamos avaliar nossas práticas de produção, economicidade, concorrência.

*R\$ 1,36 (custo de produção) + 50% (sobra) =
R\$ 2,04 valor final de venda.*

Aqui colocamos a sugestão de 50% de sobra, mas esse valor pode aumentar ou diminuir dependendo da estratégia de comercialização e produção. Estas questões devem ser discutidas no coletivo para que todos possam optar e para que o produto tenha um valor justo de venda e um retorno de recurso viável para manter a produção do coletivo.

Outros materiais

O valor da fatia neste exemplo é de R\$ 2,04. Lembre-se que ainda não estão incluídas as embalagens, as etiquetas, a divulgação, o transporte e outros materiais que o coletivo queira agregar ao produto. O valor desses itens deve ser dividido pela quantidade de fatias do bolo de fubá ou pela quantidade total do item comprado.

Gestão do Coletivo

A criação de acordos, ou até mesmo de Regimento Interno, contribuem para a fluidez e organização do coletivo. No Regimento Interno, estarão as regras do coletivo que já podem surgir desde a concepção do grupo. Aqui temos que prever como funcionará a produção, entrada e saída

de novos sócios/as, divisão de sobras, atividades extras do grupo, comercialização, entre outros.

A produção do Regimento Interno tem de ser feita pelos integrantes do coletivo de forma consensual.

É fundamental que o coletivo tenha um momento semanal ou, conforme a necessidade, para que todos/as possam participar do planejamento de produção e demandas. Isso implica em verificar estoque do produto final, estoque de insumos, atividades de comercialização, reuniões, entre outros. Além disso, é fundamental que mensalmente se tenha uma assembleia para avaliação e planejamento do mês seguinte.

O coletivo também pode formar Grupos de Trabalhos (GT) para otimizar demandas como compra de insumos, participação em espaços de comercialização, reuniões. Ter as assembleias e reuniões registradas em livro-ata, ou em um caderno simples, contribui para que todos os acordos feitos fiquem registrados e sirvam de material de consulta, sempre que houver dúvidas.

Colocar um mural com calendário, agendas e compromissos em lugar visível, para que todos tenham acesso, facilita o compartilhamento das informações do coletivo. Não existe uma receita pronta, mas a garantia do sucesso depende do comprometimento de cada um.

Comercialização

Com a temática da comercialização é possível pensar a qualidade, as formas de promoção do produto, seu público e lugares ideais para vendê-lo. Esses itens ajudam o coletivo a ter uma visão geral do mercado, bem como estabelecer um ponto de partida para o planejamento. Sugerimos o mapeamento das feiras municipais, feiras alternativas, espaços de comercialização de empreendi-

mentos de Economia Solidária, entre outros locais que dialoguem com a proposta do produto. Após o mapeamento, a recomendação é fazer visitas e contatos com as pessoas responsáveis para apresentar o produto e verificar a possibilidade de comercialização no local. Todo processo de planejamento deve ser feito de forma coletiva e, após as deliberações, formar GT de Comercialização que ficará responsável pela articulação.

Comunicação

O coletivo precisa ter identidade. Nome, logomarca que represente o que é e o que faz. Nesta etapa, é fundamental que todos os integrantes do coletivo participem das reflexões para que cada um se enxergue na identidade visual. Podem ser criados materiais gráficos como folder, banner para divulgação dos produtos e do coletivo. As informações que vão nestes materiais devem contar o que é o coletivo, o que produz, conter a identidade visual e contatos. As redes sociais virtuais também são espaços de divulgação e interação com o público. A rede mais comum é o Facebook, onde pode ser criada uma página do coletivo. Aqui podem ser colocadas fotos dos produtos, atividades que o coletivo participa, divulgação dos espaços de comercialização. Outro item fundamental é a criação de uma etiqueta com informações sobre o produto, contato e valor para facilitar a identificação e agilizar a comercialização. Para esta demanda também pode ser criado o GT Comunicação que ficará responsável por alimentar as redes sociais, responder email, entre outras necessidades.

Como se constrói uma mostra de produtos

Para exemplificar os processos descritos anteriormente e avaliar o comportamento do coletivo na comercialização, bem como os materiais de comunicação, sugerimos a produção de uma mostra. A mostra é uma atividade realizada em espaço público na qual os coletivos comercializam seus produtos e testam as estratégias de vendas, comunicação, participação dos integrantes, aceitação do produto pelo público.

Público e local

Nessa etapa, é preciso pensar e relacionar o público a ser atingido com a mostra, ao qual se destina o produto. Definido isso, é possível descobrir por onde circulam os possíveis consumidores/as, considerando sempre locais de grande circulação de pessoas, pois aumenta a possibilidade de divulgação e de comercialização. O ideal é visitar previamente o lugar escolhido para melhor planejar a logística necessária para a realização da atividade.

Data do evento

A data do evento merece atenção especial. Nesse momento é preciso considerar o dia de maior fluxo de pessoas no local escolhido, pensar sobre o quanto será comercializado e qual o período do mês mais favorável para que os possíveis compradores/as tenham dinheiro. Para organizar uma mostra o ideal é trabalhar com pelo menos um mês de antecedência, a fim de que se tenha tempo



hábil para solicitar autorização do uso do espaço ao órgão competente. Se for numa praça, por exemplo, o órgão competente é a Secretaria do Meio Ambiente do município escolhido.

Grupos de trabalho

Definido o objetivo, o público, o lugar e o dia, é hora de dividir as tarefas. Para isso, recomenda-se a criação de pequenos grupos de trabalho prático.

Comunicação e divulgação

Depois de organizado o evento, criados os grupos e encaminhada solicitação de uso do local, é o momento de refletir sobre a comunicação e a divulgação da feira. Para começo de conversa, o coletivo deve se questionar:

Para que serve a comunicação?

O que queremos comunicar?

Como vamos comunicar?

Aqui será definido o nome da mostra, o que poderá ser um exercício significativo para criação do nome do coletivo. Se este já estiver definido, é importante que o nome da mostra tenha relação com a identidade do coletivo. As respostas a estas questões ajudarão o coletivo a construir ferramentas de comunicação e divulgação.

Exemplos: Página no Facebook, folder da atividade com distribuição prévia no local e também no dia do evento.



Elaboração de folder

Um folder precisa trazer as seguintes informações:

Frente:

Nome da atividade:

1º Mostra do Coletivo da Economia Solidária

O que a atividade vai oferecer:

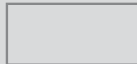
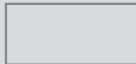
Artesanato, sabão artesanal, cerâmica, música, alimentação e serviços.

Data, horário e local da atividade:

18/02/20 – 13h às 17h - Parque Rosa Florinda

Rua Jasmim, 303 – Bairro Flórida – Estrela – RS

Caso a atividade seja desenvolvida em parceria os logotipos dos parceiros deverão ser incluídos no folder.

MOSTRA ECOSOL	
Coletivo de Economia Solidária Pop Rua	
Peças em Cerâmica Papel artesanal Oficina, teatro e música	 
Dia 18/02/20 das 13h às 17h Parque Rosa Florinda – Rua Jasmim 303 – Bairro Flórida – Estrela – RS	
Logos parceiros/as	Logos

Verso: *A parte de trás do folder pode conter o histórico do coletivo: Quem somos? O que oferecemos? Como surgimos? Qual o nosso objetivo? Quais as formas de contato?*

COLETIVO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O Coletivo surgiu em maio de 2016, a partir da decisão de quatro pessoas que viviam em situação de rua e que apostaram no trabalho coletivo, buscando a sobrevivência e o auto-sustento.

Telefone: (xx) xxxxxxxx - (xx) xxxxxxxx

Email: coletivosolidario@yahoo.com.br

Endereço: Rua do Trabalhador nº100 - Bairro São José - RS

Caso necessite de mais informações entre em contato.





Estrutura

A partir da visita ao local, é preciso organizar (e montar) a estrutura necessária para a realização da atividade. O ideal é fazer uma lista das atividades que acontecerão durante a mostra para elencar os materiais relacionados a cada uma.

Exemplos:

Produtos de Artesanato – mesa, aramado, caixas de papelão que vão servir tanto para expor quanto para armazenar e levar os produtos a serem comercializados, tais como cabides, cadeiras entre outros.

Teatro – microfone, luz, caixa de som, entre outros.

Comercialização dos produtos

Agora é o momento de pensar a comercialização. Neste passo, o coletivo começa a se apropriar de algumas ferramentas de gestão. As principais, segundo os princípios da Economia Solidária, são as etiquetas, os livros ou planilhas de controle/registro que têm a finalidade de acompanhar a produção, a comercialização e as despesas efetuadas durante o processo.

• **Etiquetas:** Essa ferramenta é inserida na peça comercializada. Contém informações sobre o coletivo, tais como: nome, telefone de contato e preço. Serve para divulgar o produto no momento da venda, bem como para registrar o valor da peça, facilitando a informação tanto para o vendedor quanto para o cliente.

Exemplo:

Coletivo de Economia Solidária Pop Rua Fone: 0000-0000	R\$ 000,00 Produto: _____
--	------------------------------

• **Planilha ou Livro de Estoque:** Essa ferramenta é utilizada para controlar a quantidade de produto e de matéria prima que tem no estoque. Serve de suporte para saber o quanto é necessário para produzir o produto. As informações contidas em uma planilha de estoque variam conforme o produto produzido.

Exemplo:

Planilha de Estoque

Projeção para 10 pedaços

Insumos	Quantidade	Valor	Data Entrada	Data saída
Ovos.	50 unidades	R\$ 37,50	5/06/2016	
óleo.	50 litros	R\$ 60,00	8/05/2016	
Farinha de trigo.	50 kg	R\$ 87,00	5/06/2016	
Leite.	45 litros	R\$ 89,00	8/05/2016	
Fubá	15 Kg	R\$ 75,00	5/06/2016	
Fermento biológico	5 kg	R\$ 47,00	8/05/2016	
Açúcar.	45 kg	R\$ 103,05	5/06/2016	
Total de produtos no estoque	260	R\$ 498,55		
Conferido por:			Data de Conferência 12/06/2015	

• **Planilha ou Livro Caixa:** Serve para registrar toda a entrada e saída de dinheiro, como forma de avaliação e planejamento de investimentos. Esse registro deve ser feito obrigatoriamente nas entradas e saídas de dinheiro do caixa do coletivo.



Exemplo de Estruturação do Livro caixa:

- **Data**

Na primeira coluna deve constar a data do ocorrido, entrada ou saída. Na primeira linha do livro caixa deve constar, obrigatoriamente, o saldo anterior. Quando se inicia um novo mês, esse saldo deve ser lançado como último dia do mês anterior.

- **Breve histórico**

O histórico é uma breve descrição sobre o fato ocorrido e aparece na segunda coluna do livro caixa. Exemplo: O pagamento de um fornecedor/a num determinado dia pode ser preenchido como "Pagamento de boleto referente ao fornecedor/a A".

- **Entradas ou créditos**

Tudo o que se refere a recebimentos deve constar nesse item.

- **Saídas ou débitos**

Tudo o que se refere a pagamentos deve constar nesse item.

- **Saldo**

A última coluna do livro caixa deve conter o saldo restante pós-operações do último dia. Para se obter o resultado é preciso somar o saldo restante no dia anterior com o as entradas e subtrair as saídas.



Livro Caixa

Escrituração do Livro Caixa

Data	Histórico	Entradas	Saídas	Saldo
31/12/2013	Saldo anterior			R\$ 11.000,00
11/01/2014	Pagamento de produtores	R\$ 6.000,00	R\$ 5.000,00	
15/01/2014	Compra de insumos		R\$ 620,00	R\$ 4.480,00
20/01/2014	Vendas da Mostra	R\$ 300,00		R\$ 4.780,00
22/01/2014	Vendas da loja	R\$ 2.000,00		R\$ 6.780,00
30/12/2014	Reposição de materiais		R\$ 400,00	R\$ 6.380,00

- **Planilha de Comercialização:** Essa ferramenta serve para acompanhar a saída do estoque dos produtos que serão vendidos e conferir, no retorno, o que de fato se comercializou.

Planilha de Comercialização

Exemplo de Planilha de Comercialização

Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Responsável retirada		Data da retirada	Data da entrega
Conferido por:			
Local da atividade:			

Essas ferramentas dialogam o tempo todo entre si, a partir da etiqueta que iniciará o processo de controle da comercialização. Para toda atividade realizada é fundamental fazer avaliação que apontará a participação





dos integrantes nas tarefas, comercialização, retorno financeiro, produtos, entre outros. A partir da vivência prática da mostra, o coletivo tem condições de analisar suas **FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS**. Com esses elementos mapeados, poderá no próximo encontro pensar estratégias para enfrentar as ameaças e fraquezas, bem como aprender a utilizar as forças e as oportunidades para fortalecer o coletivo.



GUIA DE SERVIÇOS

Associação Intercomunitária de Atendimento Social (AICAS)

Endereço: Demétrio Ribeiro, 482, Centro, Porto Alegre

Telefone: 3286-8470.

Defensoria Pública do Estado (DPE)

É uma instituição permanente com orientação jurídica (advogado/a gratuito) que atua na promoção dos direitos humanos e na defesa dos cidadãos/ãs. Integral e gratuita, abrange processos judiciais e extrajudiciais, além da defesa de direitos individuais. A Defensoria possui diversas áreas de atuação, entre elas: Direitos Humanos, Criança e Adolescente, Prisional, Defesa da Mulher, Criminal, Moradia, Consumidor e Saúde.

Endereço: Rua Sete de Setembro, 666 – Centro Histórico

Fone: (51) 3211-2233

Horário de funcionamento: Segunda a sexta-feira, das 8 às 12 horas e das 13h30min às 17h30min.

Ministério Público do Estado do RS

A Constituição Federal institui no artigo 127, o Ministério Público (MP).

É uma instituição permanente que assegura a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais. No MP existem Promotores/as e Procuradores/as de Justiça, responsáveis pela execução de atividades judiciais e extrajudiciais. Os campos de atuação são: criminal, civil e especializada (cidadania, meio ambiente, civil, defesa patrimônio público, infância e juventude, consumidor e ordem urbanística). O MP atende todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Endereço: Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 80

Fone: (51) 3295-1100

Horário de atendimento: Segunda a sexta-feira das 8h30min às 18h.

Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU)

Oferece assessoria jurídica gratuita para pessoas em dificuldade financeira. Os advogados/as do SAJU atendem mediante agendamento prévio. Para marcar um horário você deve ligar ou ir até a instituição.

Endereço: Avenida João Pessoa, 80, Porto Alegre

Fone: (51) 3308-3967.

Referência Bibliografia

http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Co-nhecer_para_lutar.pdf http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=171706&SERVICO <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/> centro-pop Agosto, 2016.

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_noticia=184736&NOVO+RESTAURANTE+POPULAR+SERVIRA+600+REFEICOES+AO+DIA Agosto, 2016.

<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua/cadastro-unico-2013-populacao-em-situacao-de-rua> Agosto, 2016.

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnab.php> <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/upa-unidade-de-pronto-atendimento>

http://www.portalsatc.com/site/interna.php?i_conteudo=20412 <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html>

<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/50077-consultorio-na-rua-cuidado-para-todos> <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/sctie/daf/componente-basico-da-assistencia-farmaceutica>

http://www.guiadeditos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1055&Itemid=273 Referências:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/515798-PROJETO-CRIA-POLITICA-NACIONAL-PARA-A-POPULACAO-EM-SITUACAO-DE-RUA.html>

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=116#Endere_o_Centro_Pop

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipais/ControleSocial.asp> <https://www.mprs.mp.br/conheca>

<http://www.defensoria.rs.def.br/inicial> <http://www.ufrgs.br/saju/sobre-o-saju>

